

Diretrizes teórico-metodológicas para a realização de pesquisas em historiografia da gramaticografia

Theoretical and methodological guidelines for conducting research in the historiography of grammaticography

Fábio Albert Mesquita*
Francisco Eduardo Vieira**

RESUMO

O artigo desenvolve algumas diretrizes teórico-metodológicas que podem fundamentar, conceitual e analiticamente, diferentes pesquisas envolvendo *gramaticografia*, domínio de ação metalinguística, descritiva e normativa dos gramáticos. O trabalho alinha-se às reflexões sobre *historiografia da gramaticografia*, ou seja, sobre a escrita da história da técnica de compor gramáticas. A natureza do artigo é, em essência, meta-historiográfica, no sentido de promover uma reflexão crítica e sistematizada sobre as práticas de pesquisa em Historiografia da Linguística, com ênfase em seus aspectos teóricos ou metodológicos (SWIGGERS, 2009b). As sistematizações apresentadas versam, entre outros pontos, sobre: i) objetivos, objetos e interesses de pesquisas em historiografia da gramaticografia; ii) fontes historiográficas e o modo como podem impactar a natureza dessas pesquisas; iii) formas de organização e possibilidades analíticas da historiografia da gramaticografia; iv) características epistemológicas que atravessam gramáticas tradicionais, fontes privilegiadas dessa linha de investigação; v) e categorias de

Recebido em 3 de abril de 2024.

Aceito em 24 de julho de 2024.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2025n68.1422>

* Universidade Federal da Paraíba, fabioalbert97@gmail.com
Orcid: 0000-0001-5297-880X

** Universidade Federal da Paraíba, fevs@academico.ufpb.br
Orcid 0000-0001-5076-4488

análise delineadas num exemplo de pesquisa. Compreende-se que os conhecimentos gramaticais são produtos históricos decorrentes de processos de elaboração, seleção, recepção e apagamento de ideias. Argumenta-se, assim, que os estudos no campo da historiografia da gramaticografia são relevantes por traçar narrativas que reconstróem relações de (des)continuidades entre diferentes formas de abordagem de questões gramaticais, o que pode ajudar pesquisadores e professores de língua a terem uma compreensão crítica e historicamente situada da constituição desses conhecimentos como objeto de investigação e ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística. Meta-historiografia. Gramaticografia.

ABSTRACT

The article develops theoretical and methodological guidelines that can conceptually and analytically underpin various research involving grammaticography, the metalinguistic, descriptive, and normative domain of grammarians. The work aligns with reflections on the historiography of grammaticography, that is, on the writing of the history of the technique of composing grammars. The nature of the article is essentially meta-historiographical, aiming to promote a critical and systematic reflection on research practices in the Historiography of Linguistics, with an emphasis on its theoretical or methodological aspects (SWIGGERS, 2009b). The systematizations presented address, among other points: i) objectives, objects, and interests of research in the historiography of grammaticography; ii) historiographical sources and how they can impact the nature of these researches; iii) forms of organization and analytical possibilities of the historiography of grammaticography; iv) epistemological characteristics that run through traditional grammars, privileged sources of this line of investigation; v) and categories of analysis outlined in an example of research. It is understood that grammatical knowledge is historical products resulting from processes of elaboration, selection, reception, and obliteration of ideas. It is argued, therefore, that studies in the field of historiography of grammaticography are relevant for tracing narratives that reconstruct relations of (dis)continuities between different approaches to grammatical issues, which can help researchers and language teachers to have a critical and historically situated understanding of the constitution of these knowledges as objects of investigation and teaching.

KEYWORDS: Historiography of Linguistics. Meta-historiography. Grammaticography.

Gramaticografia e (meta-)historiografia da gramaticografia

Neste artigo, explanaremos algumas diretrizes teórico-metodológicas seguidas pelo grupo de pesquisa “HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas”¹, as quais podem fundamentar, conceitual e analiticamente, diferentes pesquisas envolvendo *gramaticografia*, domínio de ação metalinguística, descritiva e normativa dos gramáticos. Essas diretrizes não excluem, naturalmente, outras possibilidades de se desenvolver pesquisas sobre gramaticografia, mas podem ajudar a delimitar objetos, objetivos, noções teóricas e procedimentos analíticos de investigações historiográficas situadas nesse domínio. O trabalho alinha-se às reflexões de Swiggers (2020, 2009a), Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014), Silva (2006), entre outros, sobre *historiografia da gramaticografia*, definida como a escrita da história da técnica de compor gramáticas, ou seja, do ato de produzi-las.

Pode-se dizer que a historiografia da gramaticografia é uma das linhas de pesquisa da Historiografia da Linguística (doravante HL), campo disciplinar implementado no Brasil há cerca de 30 anos², com base especialmente nos trabalhos dos pesquisadores europeus Konrad Koerner, Pierre Swiggers e Sylvain Auroux. Em linhas gerais, a HL investiga a história dos conhecimentos e reflexões relacionados à linguagem e às línguas (SWIGGERS, 2009b), respeitando os requisitos epistemológicos necessários

1 Espelho do grupo de pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (Plataforma Lattes/CNPq): <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6433198070413694>. Site do grupo: <https://hgel.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

2 Há registros de reflexões historiográficas no Brasil antes dos anos 1990, mas foi por volta de 1993 que houve a constituição e institucionalização do primeiro grupo profissional – ou do primeiro “grupo de especialidade”, nos termos de Murray (1994) – em HL (OLIVEIRA; ANJOS, 2021). Trata-se do grupo de estudos do Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH), localizado no Departamento de Linguística (DL) da Universidade de São Paulo (USP), fundado por Cristina Altman e atualmente liderado por Olga Coelho.

à escrita de narrativas historiográficas adequadas (KOERNER, 2020). Essa escrita envolve a seleção, ordenação, reconstrução, descrição e interpretação de fontes e conteúdos significativos e contextualmente situados. Além disso, requer a aplicação de princípios bem definidos e procedimentos básicos amplamente aceitos (ALTMAN, 2009, 2012).

Parte desse quadro epistemológico da HL é discutido no presente artigo, cuja natureza é, em essência, meta-historiográfica. A meta-historiografia consiste na reflexão crítica e sistematizada sobre a prática historiográfica, com ênfase em seus aspectos teóricos ou metodológicos (SWIGGERS, 2009b). Ela examina, discute, propõe e define conceitos, modelos ou técnicas utilizados na historiografia. Assim, um trabalho como este, situado no âmbito da *meta-historiografia da gramaticografia*, estuda, comenta e define abordagens e propostas de análise do estatuto do fazer gramatical.

Tendo ancorado o artigo na HL, de modo amplo, e na (meta-) historiografia da gramaticografia, de modo específico, convém dizer como ele está organizado. Além desta seção introdutória, o texto é composto de outras dez partes. Na segunda e terceira, caracterizamos o campo disciplinar da HL no que diz respeito aos objetivos, objetos, interesses de pesquisa e às particularidades que o diferenciam de outras práticas de escrita da história. Na quarta seção, realizamos observações sobre as fontes historiográficas e o modo como elas podem impactar a natureza da pesquisa. Nas três seções seguintes, expomos questões relativas aos modos de organização e às possibilidades analíticas da atividade historiográfica. Em seguida, apresentamos, em duas seções, os elementos e as características epistemológicas que atravessam as gramáticas tradicionais, fontes privilegiadas na historiografia da gramaticografia. Na penúltima seção, expomos exemplos de categorias de análise delineadas numa pesquisa historiográfica a partir das noções apresentadas nas seções anteriores. Encerramos o artigo com algumas considerações acerca da relevância de pesquisas sobre gramaticografia.

1. Objetivos, objetos e interesses de pesquisa

O objetivo fundamental da pesquisa historiográfica é “reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através de textos situados em seu contexto” (SWIGGERS, 2013, p. 43). Essa formulação nos permite compreender que o objeto da HL não é a linguagem ou as línguas em si, mas o conhecimento que se produziu sobre a linguagem e as línguas ao longo do tempo. Logo, no caso de uma pesquisa em historiografia da gramaticografia, não se busca descrever, por exemplo, o português do Brasil no século 19: o que interessa é analisar e interpretar aquilo que um ou vários gramáticos da época pensaram sobre essa língua, e de que maneira as formulações desses autores se articulam ao contexto histórico e às reflexões realizadas por outros agentes gramaticográficos.

Dito de outro modo, a HL se interessa pelo curso histórico das ideias linguísticas, em termos de aquisição, elaboração, formulação, circulação, difusão, recepção, influência, longevidade, apagamento, entre outras nuances. Quando essas ideias correspondem aos conhecimentos linguístico-gramaticais desenvolvidos por gramáticos em textos, espaços e períodos devidamente circunscritos pelo historiógrafo da linguística, delinea-se o domínio temático da historiografia da gramaticografia.

No que diz respeito à natureza e extensão do objeto da investigação historiográfica, o conjunto de trabalhos em HL, tomado em linhas gerais e sem pretensão de exaustividade, revela que “conhecimento”, “saber” e “ideia linguística” são expressões bastante amplas e, de certa forma, equivalentes. Por exemplo, uma teoria, uma argumentação, uma asserção, uma observação, uma pressuposição, uma prescrição ou um preconceito envolvendo linguagem ou línguas são considerados ideias linguísticas, ou seja, fazem parte do ideário linguístico, do conjunto de conhecimentos ou saberes linguísticos. Essas expressões também referenciam “reflexões, especulações, descrições, análises, regras normativas sobre a linguagem e as línguas que foram

elaboradas séculos antes de se poder efetivamente falar de uma linguística” (BATISTA, 2020, p. 18). Nas palavras de Altman (2012, p. 20):

O conhecimento sobre a linguagem, formalizado ou não, institucionalizado ou não, fez parte da vida intelectual de muitos povos antes do século XIX, sob outras formas e sob diferentes designações. Não há razão alguma por que devam ser excluídos das historiografias linguísticas contemporâneas que se propõem abrangentes, ou mesmo daquelas mais especializadas, que se erigem a partir de problemas específicos e das respostas dadas a esses problemas. De uma perspectiva ampla, o termo linguística pode se referir a qualquer estudo sobre a linguagem que tenha sido feito pelo homem, onde quer que se encontrem dele vestígios de documentação.

A abrangência do termo “Linguística”, compreendido como um *corpus* global de conhecimentos e reflexões relacionadas ao fenômeno da linguagem e das línguas (SWIGGERS, 2009b), alcança, portanto, o ideário gramaticográfico desenvolvido em qualquer época. A HL pode se interessar tanto por teorias institucionalizadas e reconhecidas hoje como científicas – a exemplo das teorias gerativas ancoradas no ideário linguístico de Noam Chomsky – quanto por reflexões sobre a linguagem e as línguas realizadas em domínios muitas vezes tidos como não científicos, tais como a gramática tradicional, tema privilegiado pela historiografia da gramaticografia. Nesse sentido, embora um acervo gramaticográfico de língua portuguesa³ não esteja estritamente situado no âmbito da ciência linguística contemporânea, institucionalizada nas universidades brasileiras a partir da década de 1960 (cf.

3 Desde a fundação do grupo de pesquisa HGEL, em 2017, temos dedicado esforços contínuos à construção e organização de um acervo de gramáticas do português, a fim de possibilitar diferentes pesquisas em historiografia da gramaticografia, internas e externas ao grupo. Em constante expansão, a coleção visa abranger, entre outros conjuntos de fontes, o panorama gramaticográfico de língua portuguesa desde o século 16 até o século 21, incluindo gramáticas brasileiras contemporâneas do português elaboradas por linguistas de destaque no cenário nacional, a exemplo de Ataliba T. de Castilho, Marcos Bagno, Maria Helena de Moura Neves (1931-2022) e Mário A. Perini. Até dezembro de 2023, catalogamos aproximadamente 200 instrumentos linguísticos, predominantemente gramáticas, disponíveis em formato digital ou em edições impressas.

ALTMAN, 2004), o conhecimento gramatical ali contido é de interesse da HL pelo fato de equivaler a uma maneira de compreender a língua em dado momento da história.

O campo de atuação da HL também pode contemplar estudos voltados para a interpretação historicamente situada das práticas de ensino de língua e da produção de materiais didáticos (cf. BATISTA; BASTOS, 2020). Afinal, a dimensão pedagógica da língua se relaciona não só com as políticas educacionais, mas igualmente com as próprias ideias linguísticas que circulam nas práticas docentes, uma vez que “há sempre uma perspectiva teórica (mesmo que inabilmente elaborada) que sustenta lições (e a delimitação de conteúdos programáticos) que se propõem a ensinar língua para um nível de ensino” (BATISTA, 2019a, p. 157-158). Diante disso, dada a destinação pedagógica (ou mesmo escolar) de boa parte das gramáticas de língua portuguesa, caracterizar as ideias gramaticográficas de uma obra também implica analisar as propostas para o ensino de português que podem ser identificadas nesse instrumento linguístico.

Algumas gramáticas de língua portuguesa, a propósito, são explicitamente destinadas ao estudante da educação básica. Denominadas “gramáticas escolares” (cf. RIBEIRO, 2021), esses instrumentos linguísticos podem, eventualmente, ser analisados numa pesquisa em historiografia da gramaticografia. Na perspectiva de Swiggers (2012), um modelo de análise para tais fontes pode ser elaborado a partir da consideração dos elementos básicos do fazer gramaticográfico: autor; público ao qual a obra é destinada; processo de elaboração; língua; objeto descrito. No tocante aos dois primeiros elementos, é possível analisar o modo como o contexto político, socioeconômico e intelectual afeta a orientação do autor e a recepção da obra pelo público. Mais especificamente, o historiógrafo pode analisar de que modo o cenário educacional e a recepção das obras impactam as escolhas descritivas e pedagógicas do gramático em foco. O processo de elaboração, por sua vez, é o elemento que se relaciona aos modos de organização da

gramática, que serão aprofundados na seção 8 deste artigo. Os dois últimos elementos – a língua e o objeto descrito – serão comentados na seção a seguir.

2. História, crônicas e historiografias

A prática historiográfica exige que o pesquisador realize uma escrita da história epistemologicamente orientada e consciente (KOERNER, 2014), em especial quanto às atividades de seleção, ordenação e interpretação dos fatos sob investigação. Como disciplina cientificamente fundamentada, a HL impõe algumas pré-condições ao historiógrafo, como a necessidade de se estar atento: à consistência interna dos procedimentos aplicados; à confiabilidade e representatividade dos dados; ao controle da trajetória de pesquisa; e à coerência na exposição dos resultados (SWIGGERS, 2019).

Essas características, segundo Altman (2004, 2012), distinguem a HL daquilo que se tem compreendido como História da Linguística. O argumento apresentado é que, apesar de se relacionarem, a História da Linguística e a Historiografia da Linguística não são coextensivas, isto é, têm estatutos e dimensões diferentes, dado que o historiógrafo necessariamente realiza um recorte sobre o complexo continuum da história. Nessa perspectiva, assim como uma gramática não pretende nem é capaz de esgotar a descrição da língua, uma historiografia da gramaticografia tampouco esgota o conjunto de fatos que compõe a história da gramática. A esse respeito, Swiggers (2012) destaca a necessidade de o historiógrafo distinguir a língua do objeto descrito no fazer gramaticográfico. A língua, encarada como um todo, se configura como o objeto de referência para a descrição gramatical. O objeto descrito nas gramáticas, por outro lado, é sempre uma imagem seletiva e parcial dessa língua, imagem esta que privilegia certos aspectos e apaga outros.

Ainda sobre a relação história e historiografia, Swiggers (2013) afirma que toda investigação historiográfica exige um organograma composto por três planos interrelacionados – o das *realidades linguísticas*, o da *história da linguística* e o da *historiografia*, conforme esquematizado na Figura 1:

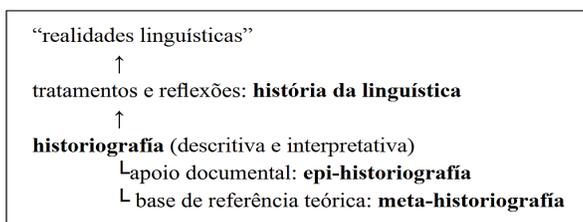


Figura 1. Organograma historiográfico. Fonte: Swiggers (2013, p. 44).

O plano das realidades linguísticas, em constante mudança no tempo e no espaço, fornece o substrato das atividades práticas e teóricas sobre as línguas que atravessa o plano da história da linguística. Este segundo plano consiste no amplo quadro sobre o qual, por meio de um recorte, o plano da historiografia realiza descrições e interpretações.

Diante dessas deliberações, considera-se que um trabalho historiográfico não deve ambicionar reconstruir uma “verdade histórica” inquestionável. Cada produto historiográfico decorre de um olhar ímpar para eventos transcorridos ao longo da história, o que representa possibilidades distintas de interpretá-los. Conforme pontua Borges Neto (2020), o quadro analítico final alcançado pelo pesquisador é resultado não de uma descoberta da verdade, mas de olhares particulares e seletivos sobre o conjunto de acontecimentos do passado. Portanto, qualquer empreitada historiográfica que se debruce sobre gramáticas e gramáticos apresenta apenas um olhar possível para o desenvolvimento da gramaticografia de um espaço e de um período determinados. Mesmo que uma pesquisa em historiografia da gramaticografia selecione os mesmos fatos, se fundamente nos mesmos documentos e parta de categorias analíticas semelhantes a uma outra investigação, certamente alcançará resultados diferentes desta – e ambas serão interpretações válidas. Em suma, a historiografia da gramaticografia, no lugar de uma mera reprodução da história da gramática, se caracteriza pela pluralidade de narrativas.

Pesquisas historiográficas também não se confundem com crônicas, pois não se resumem a uma enumeração de datas e fatos (KOERNER, 1996a). No entanto, isso não significa dizer, como alerta Altman (2012), que o trabalho do historiógrafo prescindia das crônicas. Nesse sentido, para que movimentos interpretativos sobre determinadas ideias gramaticográficas possam ser realizados, é fundamental o acesso a crônicas que forneçam uma visão panorâmica tanto do período em que essas ideias foram formuladas quanto da vida dos autores que as formularam. Uma historiografia da gramaticografia pressupõe uma série de procedimentos metodológicos que permitam realizar, no lugar de paráfrases das gramáticas do passado, interpretações historiográficas das ideias gramaticais investigadas, considerando a complexidade da dinâmica histórica de construção do conhecimento, marcada por continuidades e descontinuidades (BATISTA, 2020).

3. Fontes historiográficas

Os materiais que podem servir como fontes determinam, em grande medida, a natureza da pesquisa historiográfica realizada (ALTMAN, 2012). Eles costumam ser divididos em *fontes primárias* e *fontes secundárias*. Apesar de serem possíveis estudos assentados a partir de fontes orais (cf. CAVALIERE, 2013) ou de fontes escritas não canônicas (como correspondências e notas de aula), as fontes primárias costumam ser documentos escritos tradicionais, a exemplo de gramáticas, em se tratando de historiografias da gramaticografia. Na esteira de Swiggers (2009a, 2013), podemos dizer que esses textos são, ao mesmo tempo, o depósito material e o reflexo da história da gramática, formando, pois, o *corpus* principal da análise das ideias gramaticográficas. A extensão desse *corpus*, por sua vez, dependerá dos propósitos do pesquisador, podendo abranger desde uma gramática particular até uma gama mais ou menos extensa de gramáticas, representativas de uma delimitação geográfica, temporal, agentiva ou temática do objeto de estudo.

Quando observamos o cenário das pesquisas em historiografia da gramaticografia desenvolvidas nas últimas décadas em programas de pós-graduação no Brasil, vemos como a quantidade de fontes primárias pode variar de acordo com os objetivos e o foco historiográfico de cada trabalho. As pesquisas de doutorado desenvolvidas por Polachini (2018) e Vidal Neto (2021), por exemplo, buscaram traçar panoramas da produção gramaticográfica brasileira em diferentes recortes temporais: no caso de Polachini, foi realizada uma história serial da produção gramatical oitocentista brasileira; no caso de Vidal Neto, investigou-se a produção linguística sobre o português nas quatro primeiras décadas do século 20. Dada a visão panorâmica almejada, ambos os trabalhos examinaram uma quantidade de fontes que alcançou a casa das centenas. Ferreira (2021), por sua vez, no âmbito do mestrado, ao investigar a emergência e o desenvolvimento do processo de gramatização da colocação pronominal em gramáticas brasileiras do século 19, selecionou um conjunto serial de 16 gramáticas como fontes primárias, número que atendia à pretensão da autora de analisar o tema ao longo dos oitocentos.

Historiografias da gramaticografia como Polachini (2018), Vidal Neto (2021) e Ferreira (2021) dialogam, explícita ou implicitamente, com a metodologia da História Serial (cf. BARROS, 2012). Nessa abordagem, as fontes não são analisadas de forma isolada, em seus próprios limites, mas sim consideradas constituintes de uma grande cadeia temporalizada e especializada de fontes de mesmo tipo, comparáveis entre si. O propósito da comparação entre as gramáticas de um conjunto serial, portanto, é identificar tanto as continuidades quanto as variações e mudanças nas ideias gramaticográficas dentro de um período específico. Vale dizer que a análise serial não equivale à análise quantitativa, pois seu interesse está nas recorrências (ou na falta delas) e não nos valores numéricos. Por essa razão, ela pode prescindir de um tratamento estatístico computacional.

Outros trabalhos em historiografia da gramaticografia, conforme já dito, podem estabelecer como fontes primárias obras de um único agente, à semelhança do que se observa na tese de doutorado de Rocha (2007), que

examinou o pensamento gramatical de Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899) em obras desse autor; e nas dissertações de mestrado de Silva (2021) – que analisou a abordagem da variação linguística, da mudança linguística e do português do Brasil na *Grammatica Portugueza: Curso Superior* (1920), de João Ribeiro (1860-1934) – e Mesquita (2023) – que investigou as ideias gramaticográficas em instrumentos de ensino de Julio Pires Ferreira (1868-1930). A metodologia dessa última pesquisa, desenvolvida e orientada, respectivamente, pelo primeiro e segundo autor deste artigo, será retomada adiante, à guisa de exemplo.

Analisar instrumentos linguísticos de um único autor traz implicações sobre o produto historiográfico que merecem ser discutidas. Tal como alerta Swiggers (2019), abordagens que estabelecem como foco ideias de figuras específicas estão mais propensas a construir uma historiografia “heroica”, isto é, uma historiografia que se concentra na contribuição individual de estudiosos considerados “importantes”⁴ e/ou precursores de novas ideias. Essa perspectiva, nas palavras de Altman (2012, p. 24), infelizmente “reforça a imagem do trabalho científico como a atividade solitária de um indivíduo de cuja genialidade nós, humildes mortais, seremos sempre devedores”.

O historiógrafo precisa, portanto, estar ciente desse risco inerente às investigações focadas em figuras supostamente heroicas. Uma sugestão é lembrar que situar o nome, por exemplo, de um gramático nos estudos

4 A atenção que se costuma ofertar a essas figuras “importantes” também é reflexo de uma postura colonial constitutiva da pesquisa linguística brasileira de modo geral. Nesse sentido, Coelho (2023, p. 168-169) afirma que os “saberes linguísticos têm sido apresentados, majoritariamente, apenas como parte de uma história intelectual marcada pela cosmovisão ocidental, eurocêntrica” e costumam aparecer relacionados a “homens pretensamente cis, sem cor, sem posição social ou política, majoritariamente em circulação no Rio de Janeiro ou em São Paulo e vinculados às instituições mais tradicionais desses lugares”. A autora arremata afirmando que talvez haja “uma reprodução local de dinâmicas do cientificismo global, que torna certos sujeitos e certos conhecimentos menos interessantes e visíveis”, frente a uma argumentação fundamentada na subjetividade de noções como relevância, prestígio, representatividade e sucesso.

historiográficos brasileiros requer a análise dos problemas e das perspectivas envolvendo gramática, língua portuguesa e ensino que estavam em evidência no Brasil na época da produção gramaticográfica daquele agente. Em outros termos, a escolha de investigar a produção de um único autor pode demandar o exame de questões que, de maneira geral, envolvem outros agentes e gramáticas em circulação no mesmo período. Mais especificamente, pode-se, por exemplo, aguçá-lo para: i) as implicações do meio social, político, cultural e educacional nos compromissos retóricos do gramático e na formulação e recepção de suas ideias; ii) o modo como o instrumento gramatical articula os interesses de ensinar aos interesses de investigar a língua; iii) os movimentos de continuidade e descontinuidade estabelecidos frente aos pressupostos teórico-metodológicos de diferentes linhagens gramaticográficas⁵; iv) as relações entre, de um lado, a rede de metatermos e as definições apresentadas numa gramática e, de outro lado, o arcabouço categorial advindo da tradição greco-latina e empregado por gramáticas de diferentes linhagens; v) o lugar ocupado pelas especificidades do português do Brasil na descrição gramatical. Levando em conta esses pontos, bem como outros fatores que envolvam uma análise que não se restrinja apenas às contribuições individuais do autor investigado, o foco historiográfico em uma figura, no lugar de reiterar uma visão heroica da história, pode colocar em evidência movimentos de continuidade e descontinuidade que talvez escapem do olhar panorâmico de pesquisas de maior cobertura agentiva.

A prática historiográfica de investigar figuras específicas para melhor compreender o amplo cenário que as envolvia não é nova. Nesse sentido, não

5 Na história das gramáticas das línguas modernas, é possível identificar três grandes linhagens com posturas epistemológicas distintas: uma linhagem *latinizada*, uma *racionalista* e uma *empirista* (cf. FARACO; VIEIRA, 2021). As pesquisas sobre gramaticografia desenvolvidas no HGEL tendem a considerar essas linhagens na formulação de seus problemas, objetivos e critérios de análise. Voltaremos ao tema na seção 8 deste artigo.

se pode deixar de citar a emblemática obra *O queijo e os vermes* (1976)⁶, fruto da pesquisa do historiador italiano Carlo Ginzburg nos arquivos inquisitoriais. A partir da localização de um longo julgamento envolvendo um moleiro conhecido como Menocchio, Ginzburg realiza análises e levanta hipóteses que dizem respeito não apenas a um indivíduo, mas à cultura camponesa da Europa pré-industrial. Dessa forma, a investigação do historiador demonstra que, embora não se possa desconsiderar a singularidade dos indivíduos, estudos que lançam uma “lente de aumento” em determinadas figuras podem colocar em relevo questões que dizem respeito ao cenário sociocultural de um dado momento.

Além das fontes primárias, uma pesquisa historiográfica necessita, em geral, do suporte de fontes secundárias, constituídas por documentações biobibliográficas e contextuais sobre os agentes, os textos e a atmosfera intelectual e sociocultural do período em que as ideias circularam. O levantamento das informações relativas às fontes, sejam elas primárias ou secundárias, se constitui como uma atividade “lateral” na historiografia, denominada, por esse motivo, “epi-historiografia” (SWIGGERS, 2010). A epi-historiografia, portanto, integra o material documental produzido por historiógrafos e apoia sua prática descritivo-interpretativa. Numa pesquisa em historiografia da gramaticografia, as fontes primárias e secundárias precisam ser alcançadas por meio de uma série de movimentos epi-historiográficos de maior ou menor fôlego, a depender da natureza agentiva (trata-se de um ou de vários gramáticos?), temporal (qual a extensão do período analisado?), espacial (qual a cobertura geográfica das obras?) e/ou temático (qual ou quais temas são focalizados na análise?). Em relação especificamente ao levantamento das fontes secundárias, boa parte da documentação sobre gramáticos brasileiros pode ser obtida em buscas na Hemeroteca Digital Brasileira e em materiais encontrados em acervos de instituições públicas. Já as informações contextuais

6 Agradecemos a José Borges Neto (UFPR) por essa reflexão e sugestão de leitura.

sobre o período gramaticográfico recortado podem ser alcançadas por meio de estudos em diferentes áreas de investigação.

4. Fases da pesquisa

Embora as pesquisas em HL – e, com efeito, sobre gramaticografia – não sigam um percurso metodológico com etapas estritamente protocolares, de modo geral elas são organizadas e desenvolvidas em três fases, nomeadas de *heurística*, *hermenêutica* e *executiva* (cf. SWIGGERS, 2012, p. 43-44; 2013, p. 44-45).

A fase heurística abrange os movimentos epi-historiográficos do pesquisador, que deve realizar o levantamento da documentação de pesquisa, sejam edições e reedições das fontes primárias, sejam fontes secundárias que informem sobre os agentes e o contexto social, político e intelectual em que as ideias linguísticas investigadas surgiram e circularam. Também é nesse momento que a leitura das fontes primárias deve ser realizada, com vistas à catalogação de ideias, ao conhecimento dos pontos de vista e à familiarização com a terminologia empregada pelos agentes sob análise.

Em relação à historiografia da gramaticografia, a fase heurística de uma pesquisa pode incluir, nesta ordem, o levantamento de gramáticas e outros instrumentos linguísticos de um determinado período, espaço, linhagem ou agente; a verificação da disponibilidade desses instrumentos para aquisição ou consulta; a pré-análise e seleção dos instrumentos para compor o conjunto de fontes primárias; a seleção, leitura e síntese de fontes secundárias relacionadas às obras, aos agentes, aos temas e ao contexto intelectual da época em foco; e o mapeamento da *categorização*, *terminologia* e *formação de conceitos* – parâmetros básicos da análise de uma fonte historiográfica (cf. SWIGGERS, 2012) – para exame das ideias gramaticográficas circunscritas.

A fase hermenêutica consiste na interpretação crítica das ideias mapeadas na fase heurística, a partir de categorias de análise previamente estabelecidas. A fim de delimitar as categorias, o historiógrafo deve considerar

os fatores que afetam sua pesquisa, tais como: a cobertura temporal, espacial, agentiva e temática do trabalho; a perspectiva de análise adotada, que, em alguns casos, poderá conferir maior foco para a dimensão interna, focalizando as ideias linguísticas em si mesmas, ou para dimensão externa, abrangendo o contexto em que tais ideias surgiram; e a profundidade da análise, que, a depender do objeto de estudo, do interesse do pesquisador e da documentação disponível, poderá se concentrar, por exemplo, na interpretação de metadados ou na análise histórico-crítica de ideias e práticas linguísticas (SWIGGERS, 2009b).

Na fase hermenêutica, a meta-historiografia desempenha papel importante, à medida que, ao refletir sobre conceitos teóricos e métodos de investigação, fornece modelos e categorias gerais a partir dos quais o pesquisador pode operar. Nisso reside a contribuição fundamental deste artigo. No entanto, considerando que cada trabalho na HL tem suas características particulares, cada historiógrafo deve buscar estabelecer um quadro de trabalho personalizado, de acordo com seus objetivos (KOERNER, 1996a; SWIGGERS, 2013). Em suma, estabelecer uma grade analítica com categorias gerais e específicas para guiar a interpretação historiográfica é tarefa essencial à prática, pois:

(a) permite uma organização sistemática da pesquisa (por exemplo, com a observação da identificação de passagens (altamente) relevantes nas fontes primárias; ou em função de um estudo comparativo entre autores/teorias etc.); (b) garante a possibilidade de controle, por leitores e críticos, da adequação (ou, idealmente, completude) e da precisão do processo hermenêutico; (c) facilita o processo de redigir os resultados da pesquisa (SWIGGERS, 2019, p. 59).

Diante disso, no cenário da gramaticografia, um gesto analítico inicial e bastante produtivo é considerar os três componentes para exame interno de fontes gramaticográficas apresentados em Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014) e adaptá-lo ao tema da investigação. Trata-se dos

componentes *teórico*, *descritivo-normativo* e *pedagógico*, exemplificados na sequência.

Suponhamos que uma pesquisa pretenda examinar as ideias linguísticas no domínio da sintaxe elaboradas e difundidas num determinado período da gramaticografia da língua portuguesa. Considerando o componente *teórico* das fontes primárias, a investigação pode analisar as noções de linguagem, língua e gramática que atravessam o domínio; a própria noção de sintaxe e sua macro-organização; as categorias, subcategorias e propriedades utilizadas na abordagem da sintaxe; e as relações gramaticais entre esses elementos. Quanto ao componente *descritivo-normativo* – que, no exemplo dado, corresponde à defesa de estabilidades e à incorporação de mudanças –, o olhar pode se voltar a construções sintáticas interditas ou legitimadas; à natureza do exemplário; aos paradigmas descritivos; e ao estabelecimento de regras normativas. Por fim, a atenção ao componente *pedagógico* das gramáticas pode envolver a disposição didática do conhecimento sobre sintaxe; as estratégias de aproximação do consulente, como adaptação e explicação de conteúdos; o grau de exemplificação; e os eventuais exercícios.

Segue à fase hermenêutica a fase executiva, quando os resultados da investigação são materializados. Uma vez que cada trabalho parte de problemas particulares e estabelece sua própria rede conceitual e metodologia, a execução do produto historiográfico pode assumir diferentes configurações. Swiggers (2013), por exemplo, distingue três dimensões na fase executiva: as dimensões do *formato de exposição*, da *intencionalidade do historiógrafo* e do *programa cognitivo*.

Em relação ao formato de exposição, uma pesquisa historiográfica pode ser executada de forma *sequencial*, *tópica* ou *combinatória* (cf. SWIGGERS, 2009b). A execução é sequencial quando o produto historiográfico apresenta um formato predominantemente narrativo. A forma tópica, por sua vez, se materializa nas pesquisas que focam na análise de um determinado tema ou em algum tipo de problema. Já o terceiro formato de exposição, o combinatório, tem como aspecto central o contexto e os pontos de vista existentes em

determinado momento da história do pensamento linguístico. Uma pesquisa sobre gramaticografia pode associar diferentes formatos, tendo em vista que ela pode estar centrada nas ideias apresentadas por um determinado gramático (formato tópico), mas, ao mesmo tempo, na contextualização do pensamento desse agente com outros pontos de vista coexistentes (formato combinatório).

Acerca da intencionalidade do historiógrafo, Swiggers (2009b, 2013) destaca que, de acordo com os propósitos do pesquisador, o produto historiográfico pode tomar contornos específicos. Se a intenção for descrever e classificar seu objeto de estudo em categorias sistematizadas, a historiografia produzida é de caráter *taxonômico*. Caso o objetivo principal seja o de defender ou criticar um pensamento linguístico, a historiografia é do tipo *apologética* ou *polêmica*. Se, por outro lado, a pretensão for a de compreender os fins das ideias linguísticas investigadas, isto é, os propósitos para os quais elas se destinam, o trabalho é classificado como *teleológico*. Swiggers (2013) postula, ainda, que a historiografia pode ser do tipo *exegetico-crítica*, quando realiza interpretações críticas sobre o objeto de estudo. Vale destacar que uma historiografia da gramaticografia que investiga, por exemplo, o saber linguístico de um autor específico não necessariamente precisa ser apologética, pois o historiógrafo, no lugar de defender ou combater as ideias apresentadas, pode ter como objetivos averiguar os compromissos assumidos pelo gramático em suas obras e interpretar criticamente as ideias gramaticográficas elaboradas.

No tocante ao programa cognitivo da pesquisa, definido pelo objeto de estudo, pelas fontes disponíveis e pelos interesses do pesquisador, Swiggers (2013) identifica cinco perfis intelectuais de historiografia: a *atomística*, que consiste na apresentação analítica de fatos que compõem a história do pensamento linguístico; a *narrativa*, que corresponde ao relato cronológico dos acontecimentos de interesse para a pesquisa; a *nocional-estrutural*, que analisa a estrutura das ideias e das abordagens elaboradas ao longo da história dos estudos da linguagem; a *arquitetônico-axiomática*, que analisa a estrutura lógica de teorias e modelos a partir de axiomas e enunciados; e a *correlativa*,

que investiga as correlações entre teorias e pontos de vista sobre a linguagem e contextos sociocultural, político e institucional.

Ao sintetizar o perfil da fase executiva de uma pesquisa – já mencionada neste artigo – sobre as ideias gramaticográficas em instrumentos de ensino do gramático Julio Pires Ferreira (cf. MESQUITA, 2023), o quadro a seguir exemplifica esse conjunto de dimensões apresentado em Swiggers (2013, 2009b):

Dimensão executiva	Caracterização	Postura historiográfica adotada
Formato de exposição	Tópica	Focalização nas ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira.
	Combinatória	Caracterização do contexto e do conjunto de pontos de vista gramaticográficos coexistentes no Brasil entre o final do século 19 e início do século 20.
Intencionalidade do historiógrafo	Teleológica	Investigação dos compromissos retóricos assumidos por Julio Pires Ferreira em suas obras.
	Exegético-crítica	Interpretação crítica das ideias gramaticográficas elaboradas por Julio Pires Ferreira.
Programa cognitivo	Nocional-estrutural	Análise da relação entre as ideias e a forma composicional das obras gramaticográficas de Julio Pires Ferreira.
	Arquitetônico-axiomática	Descrição e análise da organização das redes de metatermos e definições adotadas por Julio Pires Ferreira em sua proposta de descrição da língua portuguesa.
	Correlativa	Estudo da correlação entre as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira, outras obras da gramaticografia de língua portuguesa e a atmosfera sociocultural, educacional e política do período.

Quadro 1. Perfil da fase executiva de uma pesquisa sobre gramaticografia.

Fonte: Mesquita (2023, p. 38).

5. Dimensões e princípios da análise

Diante da compreensão de que ideias linguísticas devem ser examinadas na relação com o contexto sociocultural em que elas emergem, se desenvolvem, se consolidam, se transformam e eventualmente desaparecem, costuma-se dizer que a atividade historiográfica envolve uma *dimensão interna* e uma *dimensão externa* de análise (cf. SWIGGERS, 1990, 2012; ALTMAN, 2009, 2012). A dimensão interna abarca o conteúdo das fontes em sua imanência, isto é, em seu próprio sistema de valores. Os textos são investigados em si mesmos, a partir de categorias que permitem examinar suas perspectivas teóricas, gestos descritivo-prescritivos, escolhas metodológicas, marcas didático-pedagógicas, entre outros aspectos que os atravessam. Já a dimensão externa requer o olhar direcionado ao contexto histórico, social e cultural das fontes sob investigação. O foco recai sobre a atmosfera intelectual e sobre as diversas práticas sociais que envolvem os agentes de produção e recepção dos conhecimentos linguísticos. Para tanto, são delimitadas categorias de análise que proporcionem um melhor entendimento da configuração sociocultural do período estudado e que possibilitem identificar os movimentos retóricos dos autores em relação às ideias linguísticas circulantes.

De acordo com Swiggers (1990), a existência dessas duas dimensões fez com que as pesquisas em HL, por muito tempo, as considerassem de modo dicotômico e excludente: de um lado, uma *historiografia orientada para o conteúdo* (*content-oriented*), preocupada com a dimensão interna; de outro, uma *historiografia orientada para o contexto* (*context-oriented*), cujo norte seria a dimensão externa. Embora cada dimensão de análise apresente um foco de interesse específico e exija diferentes posturas metodológicas, Swiggers (1990) defende que a suposta oposição entre os dois tipos de historiografia não se sustenta, uma vez que conteúdo e contexto estão sempre conectados. Na mesma linha de raciocínio se direciona Altman (2009), cujas ponderações sobre a indissociabilidade entre contexto e conteúdo merecem ser transcritas:

Pessoalmente, não consigo separar a reflexão epistemológica, ou metodológica, sobre o conhecimento linguístico do momento histórico e do contexto intelectual e social em que foi formulado e se desenvolveu. Tal perspectiva me faz entender como tarefa básica da historiografia linguística, por consequência, a descrição (não normativa) dos princípios e métodos de produção do conhecimento linguístico, e de seus resultados em determinado momento, inevitavelmente histórico. Ideias linguísticas não se desenvolvem no vazio, desvinculadas das outras ideias que as circundam no momento em que entram em evidência, e das práticas que lhes são paralelas. Ignorá-las é aumentar o risco de tomar como norma única e desejável de teorização e de prática de análise linguística nossa concepção momentânea de conhecimento da linguagem (ALTMAN, 2009, p. 128).

Canalizando essa discussão para a historiografia da gramaticografia, é possível afirmar que a caracterização do pensamento gramatical de um autor, ainda que venha a ser realizada de forma preponderantemente orientada para o conteúdo, pode alcançar contornos mais complexos e historicamente situados se as duas dimensões analíticas forem articuladas na pesquisa. Em outras palavras, é importante observar as ideias do gramático tanto nos documentos históricos (em suas gramáticas, por exemplo), tarefa que demanda o mapeamento, a descrição e a interpretação dos metatermos, conceitos e argumentos formulados internamente nos textos, quanto na relação com o cenário sociocultural do período, o que pode incluir, por exemplo, a investigação de questões sobre políticas educacionais. Assim, o pesquisador deve buscar no contexto social, intelectual, cultural, político e ideológico respostas para entender por que dado conhecimento gramatical se desenvolveu ou é apresentado de um modo e não de outro.

Contemplar as dimensões interna e externa na pesquisa historiográfica, além de ser um caminho recomendável para compreender a complexidade do desenvolvimento do conhecimento linguístico, contribui para diminuir os riscos de interpretações anacrônicas e distorções analíticas. A esse respeito, Koerner (1996a) reflete sobre duas armadilhas para as quais o historiógrafo deve se atentar: o *argumento da influência* e a *questão da metalinguagem*.

Acerca do primeiro ponto, o pesquisador deve procurar distinguir entre, de um lado, o impacto da atmosfera intelectual e dos valores compartilhados pelos agentes em dado período e, de outro, as influências diretas de um determinado autor, comprovadas por meio de referências explícitas e comparações textuais. O descuido em relação a essa questão pode conduzir o historiógrafo a realizar “alegações de influência baseadas em similaridades superficiais entre autores, em interpretações errôneas dos textos em questão, ou em tentativas de reduzir a importância de uma figura maior na história da teoria linguística” (KOERNER, 1996a, p. 62).

Embora seja uma questão pertinente para o plano geral da atividade historiográfica, a noção de influência é particularmente relevante para o historiógrafo da gramaticografia que investiga, por exemplo, gramáticas produzidas no Brasil até o início do século 20, pois, no contexto dos estudos linguísticos no país, “o hábito de oferecer informações claras e pormenorizadas acerca das obras e autores consultados não se estabelece senão após a segunda década do século XX” (CAVALIERE, 2020, p. 137). Antes disso, as informações bibliográficas, quando apareciam nos textos, costumavam ser imprecisas ou incompletas. Assim, para que o pesquisador não faça uso indiscriminado do conceito de *influência*, uma recomendação é empregá-lo apenas nas situações em que o gramático cita outros autores de forma explícita. Com isso, restringe-se o uso da ideia de influência às situações em que haja indícios textuais da existência do contato entre o gramático e seus influenciadores, seja pela interação profissional, seja pela leitura acadêmica. Para fazer menção a pontos mais abrangentes, como, por exemplo, o papel da linguística histórico-comparativa para a retórica de gramáticos do início do século 20, o pesquisador pode utilizar expressões mais amplas, tais quais “repercussão” ou “impacto”.

Sobre a questão da metalinguagem, Koerner (1996a) destaca que o uso do vocabulário técnico atual para descrever ideias linguísticas de outros tempos pode provocar distorções historiográficas e anacronismos, visto que determinados termos e conceitos que foram utilizados no passado não raro assumem sentidos bastante distintos no presente. Por outro lado, o pesquisador

deve se preocupar em tornar sua pesquisa acessível ao leitor contemporâneo, a fim de não transformar seu estudo numa mera apresentação de teorias antigas. Para lidar com esse problema inevitável⁷ da metalinguagem e articular as dimensões interna e externa na pesquisa, o historiógrafo da gramaticografia pode adotar os três princípios para a análise historiográfica propostos por Koerner (1996a): os princípios da *contextualização*, *imanência* e *adequação*.

O princípio da contextualização está intimamente relacionado à dimensão externa de análise. Ele requer atenção ao *clima de opinião* (BECKER, 1932), ou seja, à atmosfera intelectual em que ideias linguísticas são concebidas, recepcionadas ou rejeitadas. Por meio desse princípio, o historiógrafo deve estar atento ao fato de que o sucesso ou o fracasso de determinadas formulações sobre as línguas está, por vezes, mais relacionado ao clima de opinião vigente do que ao mérito da lógica interna das ideias.

É de grande relevância, portanto, incluir fatores econômicos, políticos e educacionais que atuaram no período que circunscreve o conhecimento gramaticográfico investigado. Deve-se ter em mente que o espírito da época é refletido, em alguma medida, nos compromissos retóricos, nas formulações conceituais e nas descrições da língua que são realizadas pelos gramáticos. No caso da análise das ideias gramaticográficas brasileiras, por exemplo, a depender dos objetivos da investigação, é importante considerar os impactos das discussões sobre o ensino de português que perpassaram as diferentes reformas e políticas educacionais no país desde o século 19.

O segundo princípio analítico, que corresponde à imanência, diz respeito à necessidade de compreensão crítica e histórica do texto linguístico pesquisado. Conforme alerta Koerner (1996a), o pesquisador deve buscar se afastar o máximo

7 Inevitável porque, “a menos que o único objetivo do historiógrafo seja colecionar antiguidades, isto é, descrever conceitos desenvolvidos muitos anos atrás unicamente nos próprios termos utilizados, ele será tentado a usar um vocabulário técnico moderno na sua análise” (KOERNER, 1996b, p. 98).

possível do conhecimento linguístico contemporâneo e das terminologias atuais, a fim de não comprometer a interpretação da fonte investigada.

Especialmente em pesquisas envolvendo gramáticas de língua portuguesa produzidas no Brasil até a metade do século 20, esse princípio exige do historiógrafo um distanciamento da terminologia apresentada na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), documento do Ministério da Educação e Cultura instituído por meio da Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959. Com o objetivo de uniformizar e simplificar a metalinguagem empregada no ensino de português, a NGB, apesar de ser apenas uma recomendação, cumpriu de modo bastante eficaz o papel de modelo terminológico para gramáticas posteriores (BALDINI, 1999), estando atualmente, de certo modo, naturalizada em gramáticas escolares, livros didáticos e documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (cf. BRASIL, 2017). Dessa forma, atentar ao princípio da imanência em pesquisas sobre gramaticografia brasileira pré-NGB se torna imprescindível, pois, do contrário, há o risco de se analisar a rede de metatermos empregada pelos gramáticos da época à luz desse documento, postura que pode provocar distorções hermenêuticas.

Após a observação dos dois primeiros princípios, torna-se possível seguir, na fase executiva da pesquisa, o princípio da adequação. Esse último princípio consiste na realização de uma aproximação cuidadosa e explícita das ideias existentes nas fontes com o vocabulário técnico atual, com a finalidade de permitir uma melhor compreensão de determinados termos, conceitos ou teorias por parte do leitor contemporâneo (KOERNER, 1996a). Tal processo, contudo, deve ser conduzido com o máximo de cautela, a fim de não descaracterizar as ideias do texto linguístico do passado e, como consequência, entrar em conflito com o princípio da imanência. Sendo assim, nas pesquisas sobre gramaticografia, o historiógrafo pode realizar, quando necessário, aproximações entre a terminologia gramatical utilizada na fonte analisada com o vocabulário técnico atual, sempre com a devida indicação dos movimentos de adequação realizados.

6. Retóricas de (des)continuidade

Caracterizar adequadamente ideias gramaticográficas requer considerar a complexa dinâmica que envolve a produção, o desenvolvimento, a consolidação e, eventualmente, o esquecimento de saberes linguísticos no curso da história. Diante de inevitáveis vicissitudes contextuais, compreender como e por que ocorrem mudanças no conhecimento gramaticográfico sob análise assume papel fundamental na pesquisa. Entre os modelos possíveis para lidar com o fenômeno da mudança nesse domínio, destaca-se o “modelo de conflito” (MURRAY, 1994), comumente empregado, na verdade, nas pesquisas historiográficas em geral.

Em sua proposta, Murray (1994) argumenta que os movimentos de continuidade e de descontinuidade na produção do conhecimento se dão, sobretudo, no discurso. Opondo-se à ideia de que haveria teorias completamente inovadoras que ocasionariam “revoluções científicas” (cf. KUHN, 1962)⁸, Murray (1994) sugere analisar a dinâmica da mudança no conhecimento científico a partir das escolhas retóricas adotadas pelos agentes de uma determinada comunidade científica. Seria possível, assim, identificar dois tipos de retórica: uma *retórica de continuidade*, verificada no discurso que pretende se alinhar a uma tradição de pesquisa; ou uma *retórica revolucionária/de descontinuidade*, observável nas situações em que se reivindica uma ruptura com as ideias anteriores.

8 O modelo de desenvolvimento científico de Kuhn (1962) tem como pontos centrais os conceitos de *paradigma* – realização científica universalmente reconhecida que, durante algum tempo, fornece problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência – e *revolução científica* – episódio de desenvolvimento científico em que um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior. Opondo-se à visão linear e cumulativa do conhecimento científico, Kuhn (1962) argumenta que o desenvolvimento de uma ciência ocorre por meio de *rupturas paradigmáticas*. Em outras palavras, uma verdadeira revolução científica acontece, segundo esse autor, somente a partir do momento em que o paradigma então vigente é substituído por um novo paradigma, que se opõe de modo incompatível com seu antecedente.

Na HL, a escolha retórica se configura como uma categoria de análise geral que permite identificar a autopercepção dos agentes produtores de estudos sobre a língua em relação ao clima de opinião em que estão inseridos. Para dar conta da complexa configuração dessa dinâmica, é necessário, de acordo com Batista (2019b), considerar que a retórica se constrói a partir de determinadas estratégias linguísticas e argumentativas que se valem de uma rede de citações e alusões intertextuais para persuadir os destinatários do discurso. Portanto, analisar a retórica de um autor sob uma perspectiva historiográfica exige tanto a contextualização do ambiente de circulação e de recepção de suas ideias quanto a averiguação da estrutura textual e dos argumentos que sustentam o posicionamento adotado.

No campo da historiografia da gramaticografia, o pesquisador pode, por exemplo, investigar as escolhas retóricas de um gramático com o intuito de identificar a autopercepção desse agente em meio ao amplo cenário dos trabalhos gramaticográficos publicados em diferentes períodos da história. A depender dos objetivos da pesquisa, a análise da retórica do gramático pode abranger não só sua filiação discursiva a um determinado perfil teórico-metodológico de descrição/prescrição gramatical, mas também seu posicionamento em relação às propostas correntes para o ensino de línguas. Nas fontes primárias estudadas, a identificação dessas escolhas retóricas pode se dar tanto por meio dos prólogos das gramáticas, espaços tipicamente associados a esse tipo de manifestação discursiva, quanto a partir do modo como se organiza a obra e de sequências argumentativas identificadas ao longo dos capítulos e seções.

7. Eixos e elementos da gramática (tradicional)

Se a finalidade das pesquisas sobre gramaticografia é traçar narrativas sobre a história das (des)continuidades das práticas gramaticais em contextos diversos, a documentação privilegiada consiste numa série de textos também diversos, publicados em diferentes épocas, mas conhecidos

sob o mesmo rótulo: “gramática tradicional”. Essa expressão exorbita a dimensão historiográfica: ela é recorrente no discurso de professores de língua portuguesa, de linguistas, de estudantes de pós-graduação em áreas que estudam a linguagem, de estudantes de Letras e de outros especialistas e aprendizes que, em algum nível de analiticidade, lidam com a linguagem verbal em suas práticas profissionais e mesmo pessoais. Embora seu alcance referencial seja amplo, difuso e impreciso, os sentidos deflagrados pelo termo podem ser recobertos em dois eixos principais (cf. VIEIRA, 2020), que devem ser considerados pelo historiógrafo da gramaticografia e, ocasionalmente, correlacionados a objetivos de pesquisa em forma de categorias de análise: os eixos da *norma-padrão* e da *análise metalinguística*.

Conforme Vieira (2020), o eixo da *norma-padrão* é o que faz a gramática tradicional, entre especialistas ou não, ser reconhecida também pelos nomes “*gramática normativa*” ou “*gramática prescritiva*”. Trata-se do campo da escrita e da fala “corretas”. Compreende a ortografia e as regras de acentuação gráfica, a ortoépia e a prosódia “elegante”, as flexões nominais e verbais, os paradigmas pronominais, a concordância, a regência e a colocação consideradas possíveis, as estruturas relativas padronizadas, o uso do acento indicativo de crase, as convenções de pontuação, entre outras regras e convenções próprias da escrita normatizada e da fala supostamente de prestígio. Já o eixo da *análise metalinguística* equivale ao domínio das técnicas de descrição (e eventualmente explicação) das estruturas ortográficas/fonético-fonológicas⁹, morfológicas e sintáticas da língua. Essas

9 Na história da gramática ocidental, houve inicialmente uma integração e posteriormente uma intersecção entre a ortografia e a fonética/fonologia. Os sistemas gráficos do grego e do latim (as primeiras línguas ocidentais gramatizadas) representavam isonomicamente seus respectivos sistemas fonológicos. O quadro se alterou quando os romances derivados do latim vulgar – entre eles, o português – começaram a ser escritos, por volta dos séculos 10 e 11, pois seus sistemas fonológicos divergiam em graus variados do sistema fonológico do latim. Na medida em que esses romances passaram a ser reconhecidos como línguas autônomas e que boa parte delas optaram por manter o alfabeto latino em seus sistemas de escrita, a isonomia entre ortografia e fonologia se tornou improvável e a integração

técnicas pressupõem um aparato categorial e conceitual específico, ou seja, uma terminologia gramatical relacionada a uma rede nocional. Vale destacar que esses dois eixos não são estanques, mas se articulam como engrenagens na composição de gramáticas: a regulação normativa ancora-se em gestos analíticos envolvendo redes categoriais e conceituais apropriadas à descrição estrutural.

Especialmente entre os séculos 5 e 19, as línguas passaram por um movimento massivo de *gramatização*, conceito formulado por Auroux (1992) para se referir ao processo de descrição e instrumentação das línguas em duas tecnologias: a gramática (tradicional) e o dicionário. Para o autor, tais tecnologias devem ser entendidas como “instrumentos linguísticos”, tendo em vista que dão acesso a um “corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor” (AUROUX, 1992, p. 70). Também de acordo com esse autor, gramatizar uma língua envolve operar com três elementos básicos: i) *categorização de unidades*; ii) *exemplos*; iii) *regras mais ou menos explícitas para a construção de enunciados*. Na sequência, comentaremos cada um desses elementos, por acreditar que eles também podem ser correlacionados aos objetivos de uma pesquisa em historiografia

entre ortografia e fonética/fonologia, impraticável. Até o século 18, línguas como o português, que mantiveram o alfabeto latino em seus sistemas de escrita, desenvolveram recursos auxiliares que permitiram a adaptação do alfabeto latino a seus diferentes sistemas fonológicos. A ideia era a de obter um grafema para cada novo fonema da língua, sem alterar substancialmente o alfabeto latino. Ao mesmo tempo, essas línguas se valeram de alta representação etimológica. Assim, desde o século 16, houve uma mistura de representação fonético/fonológica e etimológica na ortografia da língua portuguesa. Isso só se alterará em 1911, com a fixação da primeira “Ortografia Nacional” por um decreto do governo português, que diminuiu sensivelmente a representação etimológica. Atualmente, embora suas bases remetam, em grande parte, à fonética/fonologia, nossa ortografia é uma questão de legislação e não está integralmente vinculada à fonética/fonologia, embora as gramáticas tradicionais/escolares e o sistema educacional em geral costumem misturar esses assuntos. Essas e outras informações sobre o tema são apresentadas e desenvolvidas em Faraco (2012) e Borges Neto (2023).

da gramaticografia e utilizados produtivamente como critérios de análise, mediante adaptações caso necessário.

A *categorização de unidades* consiste no ato de fragmentar a cadeia da fala e formular termos teóricos para classificar cada fragmento. Nas gramáticas tradicionais, essa categorização se materializa na apresentação das partes do discurso (ou classes de palavras) e de suas definições e propriedades, bem como na conceituação de outros termos teóricos globais, a exemplo da noção de “palavra” (AUROUX, 1992). Na condição de entidades teóricas, as unidades categorizadas estão sujeitas, sincrônica e diacronicamente, a constantes mudanças e diferentes arranjos taxonômicos.

Os *exemplos*, por sua vez, constituem o “núcleo da língua normatizada” (AUROUX, 1992, p. 67), pois é a partir deles que o gramático justifica as descrições e as prescrições realizadas. Os exemplos compõem o “*corpus*” de uma gramática tradicional e, com isso, privilegiam uma determinada realidade linguística em detrimento de outras. Eles não configuram um conjunto de dados balanceados, tratados estatisticamente, mas sim selecionados em função das regras que o gramático intenta abonar. Esse exemplário costuma vir de textos literários do passado, fato justificado pela noção de que as obras clássicas seriam aquelas que melhor espelhariam o bom uso da língua. Além disso, também costuma haver, nas gramáticas, exemplos fabricados pelos próprios autores.

Por fim, as *regras para a construção de enunciados*, ainda segundo Auroux (1992), podem ser encaradas sob um viés mais descritivo ou mais prescritivo. É necessário pontuar, porém, que as duas práticas – descrição e prescrição – estão extremamente imbricadas e são, por vezes, de difícil distinção. Assim, embora o propósito prescritivo se destaque nas gramáticas tradicionais, ocupadas preponderantemente com o ensino do suposto “bom uso” da língua, a descrição linguística também perpassa essas obras: afinal, para que prescrições sejam elaboradas (eixo da norma-padrão), é necessário realizar um conjunto de afirmações descritivas sobre a língua (eixo da análise metalinguística).

8. Modelização e linhagens gramaticográficas

Swiggers (2020) afirma que gramáticas são construtos históricos elaborados por meio de técnicas cujo principal objetivo é o de reduzir a totalidade não observável da língua a um conjunto de unidades, classes e regras. Segundo ele, essas técnicas podem ser definidas como um complexo de três componentes: um componente *conceitual*, que corresponde à conceitualização geral do objetivo do trabalho gramatical; um componente *operativo*, que envolve as operações técnicas que o gramático executa; e um componente *redacional*, que abrange tanto o formato da descrição gramatical quanto a sua formulação argumentativa, metalinguística e exemplificativa.

Esses três componentes estão relacionados à *modelização*, que corresponde ao tipo de organização que um gramático confere a sua descrição (Swiggers, 2012). A modelização ocorre tanto no nível da macroestrutura, isto é, no formato global da descrição gramatical realizada, quanto no da microestrutura, que abarca decisões descritivas particulares do gramático. A opção por dividir a gramática em fonologia, morfologia e sintaxe, por exemplo, se situa no nível da organização macroestrutural; a divisão das palavras em classes e subcategorias, por outro lado, está no nível da organização microestrutural.

Sendo uma dimensão relacionada às decisões do gramático, a modelização abrange escolhas sobre a argumentação teórica e a profundidade da descrição gramatical. Esses dois elementos, por sua vez, refletem as bases epistemológicas do texto produzido e as técnicas descritivas empregadas. Dessa maneira, considerar a dimensão da modelização exige do pesquisador a análise do perfil teórico-metodológico do instrumento gramatical investigado, a fim de verificar tanto as concepções teóricas subjacentes à descrição realizada quanto as formas de abordagem dos fatos linguísticos, que podem variar entre abordagens mais descritivas e abordagens mais prescritivas. Além disso, ainda no âmbito da modelização, é possível explorar as estratégias de apresentação adotadas pelo instrumento gramatical, o que

inclui aspectos relacionados ao suporte material do texto, tais como a inclusão de diagramas e quadros, a apresentação de índices e a utilização de diferentes arranjos tipográficos (SWIGGERS, 2012).

A variedade de escolhas que os gramáticos precisam fazer na lida com cada componente envolvido no processo de modelização está intimamente relacionada com questões relativas à epistemologia da gramática. Nesse sentido, a partir de um olhar retrospectivo e panorâmico para a natureza epistemológica da gramatização massiva das línguas europeias modernas, Faraco e Vieira (2021) identificam a existência de três linhagens gramaticográficas específicas: a linhagem *latinizada*, a linhagem *racionalista* e a linhagem *empirista*.

De acordo com esses autores, as gramáticas da linhagem latinizada se caracterizam pela vinculação explícita às gramáticas latinas, do ponto de vista retórico, analítico e normativo. Há, nessas obras, um espelhamento estrutural entre o latim e a língua moderna gramatizada. Predominante na gramaticografia de língua portuguesa até o final do século 18, a linhagem latinizada também direcionou o ensino de português sobretudo por meio da *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770)¹⁰, de Antonio José dos Reis Lobato (1721-1804). Essa obra foi a primeira gramática oficial para o ensino de português em todo o reino de Portugal, por atender às então recentes políticas linguísticas do Secretário de Estado do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782), sob o reinado de D. José I. O Alvará Real de 30 de julho de 1770 determina que os professores de latim ensinem

10 Título completo da obra: *Arte da grammatica da lingua portugueza, composta, e offerecida ao Ill.^{mo} e Exc.^{mo} Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello Conde de Oeyras Ministro, e Secretario de Estado de Sua Magestade Fidellissima, da Repartição dos Negocios do Reino, Alcaide Mór da Cidade de Lamego, e Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, Carvalho, e Cercofa, e dos Reguengos, e Direitos Reaes da De Oeyras, e de Apar de Oeyras, Commendador das Commendas de Santa Marinha de Mata Lobos, e de S. Miguel das tres Minas na Ordem de Christo, &c.*

previamente a gramática portuguesa a seus alunos, durante seis meses ou pelo tempo que for necessário, a partir da *Arte* de Lobato.

Em contraponto retórico e descritivo à linhagem latinizada, a linhagem racionalista surge ancorada numa perspectiva logicista e universalizante, a partir da qual a gramática deveria ser fundamentada em princípios racionais gerais, subjacentes às estruturas das línguas, em detrimento de seus usos particulares (FARACO; VIEIRA, 2021). Distanciando-se – sobretudo em retórica – da linhagem anterior, os gramáticos racionalistas realizam fortes críticas à prática de descrever as línguas vernáculas tal qual a língua latina, a partir, por exemplo, das costumeiras tábuas de casos e declinações. Estabelecido no cenário linguístico europeu em 1660 com a *Gramática de Port-Royal ou Gramática Geral e Razoada*, publicada pelos franceses Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695), o ponto de vista racionalista, também conhecido como filosófico, se tornou predominante na gramaticografia do português no século 19, com destaque para a *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou princípios da grammatica geral applicados á nossa linguagem* (1822), de Jeronymo Soares Barbosa (1737-1816).

Por fim, a terceira linhagem gramaticográfica corresponde à linhagem empirista. Segundo Faraco e Vieira (2021), a postura empirista surge na gramaticografia francesa no início do século 18, com a publicação, em 1709, da *Grammaire Française sur un plan nouveau pour rendre les principes plus clairs & la pratique plus aisée*, de autoria de Claude Buffier (1661-1737). Ao contrário das gramáticas racionalistas, que privilegiavam a *ratio* (razão), as gramáticas empiristas assumem como foco principal os *usus* (usos), as particularidades, o gênio de cada língua, numa postura descritivista também contraposta às gramáticas da linhagem latinizada. Não eram, porém, todos os usos que interessavam naquele momento, mas somente “o uso dos ‘polidos’, dos que cultivavam a arte da fala” (FARACO; VIEIRA, 2021, p. 482). Não eram considerados, assim, os usos das camadas populares ou daqueles que habitavam províncias distantes das Cortes.

Tendo concorrido com a linhagem racionalista ao longo do século 18, a linhagem empirista exerceu forte impacto na gramaticografia da língua espanhola, sendo o modelo teórico-analítico adotado pela *Gramática de la Lengua Castellana*, da Real Academia Espanhola (RAE), publicada em 1771. Na gramaticografia da língua portuguesa, porém, o empirismo chegou de forma tardia, aparecendo pela primeira vez em 1799, com a obra *Rudimentos da Grammatica Portugueza, cômodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*, do português Pedro José da Fonseca (1736-1816). A obra de Fonseca, além de ser fundamentalmente descritiva, se contrapondo explicitamente às principais características das gramáticas da linhagem latinizada, inova na gramaticografia de língua portuguesa ao ser a primeira a fazer uso de exemplos retirados da literatura dos séculos 16 e 17 para abonar os fatos e as regras prescritas. No curso da gramaticografia de língua portuguesa, a linhagem empirista assumiria diferentes configurações a partir de então.

Pesquisas em historiografia da gramaticografia desenvolvidas no HGEL tendem a considerar essas três linhagens gramaticográficas na formulação de seus problemas, objetivos e critérios de análise, levando em conta, por exemplo, a perspectiva das continuidades e descontinuidades (retóricas e analíticas) estabelecidas por uma gramática em relação a uma determinada linhagem.

9. Categorias de análise: um exemplo de pesquisa

Definir categorias de análise em uma pesquisa historiográfica é uma ação que, somada ao estabelecimento das bases heurísticas, caracteriza a natureza do estudo. O cenário metodológico que a partir de então se desenha fornece direcionamentos para a interpretação do conhecimento linguístico investigado. Nesse sentido, afirma Swiggers (2019) que a construção de um quadro analítico faz parte da agenda de pesquisa do historiógrafo. Para que esse quadro seja elaborado de forma consistente, é preciso ter em vista os

objetivos da investigação em curso. Objetivos e categorias de análise, portanto, são elementos da pesquisa historiográfica que precisam ser claramente relacionados.

À guisa de exemplo, apresentaremos as categorias de análise delineadas em Mesquita (2023), dissertação de mestrado já mencionada neste artigo. O objetivo principal da pesquisa consistiu em caracterizar as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira (1868-1930), professor e gramático que produziu instrumentos de ensino adotados em escolas pernambucanas entre os anos finais do século 19 e as três primeiras décadas do século 20. O perfil profissional de Pires Ferreira direcionou a investigação tanto às propostas desse autor para o ensino de português quanto ao quadro epistemológico da descrição gramatical por ele empreendida. Após um levantamento epi-historiográfico das obras de sua autoria, foram selecionadas como fontes primárias as publicações de Pires Ferreira destinadas ao uso escolar dos cursos secundários, que correspondem às *Notas sobre a Lingua Portuguesa* (edições de 1893 e 1894) e à *Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior* (edições de 1910, 1917, 1921 e 1929). Assim, essas fontes foram analisadas a partir de dois eixos principais: (i) o eixo da proposta de ensino e (ii) o eixo da descrição gramatical.

Diante desses eixos e considerando algumas noções apresentadas neste artigo devidamente adaptadas ao foco investigativo do trabalho, foram estabelecidas as seguintes categorias de análise (MESQUITA, 2023, p. 72-73):

- a. *Cenário educacional*. Analisou-se o contexto educacional brasileiro no século 19 e início do século 20. Foi identificado, também, o impacto do clima de opinião do período nas escolhas de Pires Ferreira relativas à natureza do material escolar produzido e aos conteúdos considerados relevantes para o ensino de português.
- b. *Estratégias de apresentação*. Observou-se a materialização das propostas de ensino das obras de Pires Ferreira. Foram analisados tanto aspectos relacionados à macroestrutura das obras, tais como o modo de organização dos capítulos, quanto aspectos relativos à microestrutura, que abarcam decisões específicas sobre como abordar determinados

conteúdos para fins de ensino. Nesse sentido, considerou-se a retórica relativa ao ensino de português, isto é, foram observadas as estratégias argumentativas utilizadas pelo autor para defender determinadas propostas de ensino. Além disso, também foram analisadas questões que envolvem a forma composicional das obras, tais como a utilização de textos contínuos ou topicalizados, o uso de quadros esquemáticos e o emprego de diferentes arranjos tipográficos.

c. *Perfil teórico-metodológico*. Foram identificados, na descrição gramatical das obras de Pires Ferreira, os movimentos de continuidade e descontinuidade estabelecidos em relação às diferentes linhagens gramaticográficas que caracterizam os instrumentos produzidos no Brasil a partir do século 19. Foram analisados a rede de influências teóricas do autor, os movimentos retóricos de alinhamento ou contraposição a determinadas abordagens e os conceitos gerais que estabelecem os pressupostos da descrição gramatical, tais como os de *gramática* e *linguagem*. Também procurou-se averiguar se as obras do autor conferem uma abordagem mais descritiva ou mais prescritiva aos fatos da língua.

d. *Metalinguagem gramatical*. Foram identificadas as relações existentes entre, de um lado, a rede de metatermos e definições adotadas por Pires Ferreira em suas obras e, de outro, as categorias, classificações e conceitos oriundos da tradição greco-latina. Também buscou-se examinar em que medida essa rede dialoga com outras redes de metatermos e definições empregadas pelas diferentes linhagens e por diferentes obras da gramaticografia de língua portuguesa.

e. *Língua gramatizada*. Verificou-se com que intensidade e de que modo as especificidades do português do Brasil foram consideradas na descrição gramatical realizada por Pires Ferreira em suas obras, especialmente no que diz respeito aos movimentos de prescrição e proscrição de regras.

O quadro a seguir sistematiza a disposição das categorias de análise nos dois eixos definidos na pesquisa:

Eixo	Categoria de análise	Finalidade
(i) Proposta de ensino	a. Cenário educacional	Analisar o impacto do cenário educacional nos compromissos assumidos por Julio Pires Ferreira para o ensino.
	b. Estratégias de apresentação	Verificar a materialização das propostas de ensino de Julio Pires Ferreira na organização macro e microestrutural e na forma composicional de suas obras.
(ii) Descrição gramatical	c. Perfil teórico-metodológico	Identificar, na descrição gramatical das obras de Julio Pires Ferreira, os movimentos de continuidade e descontinuidade estabelecidos em relação às diferentes linhagens gramaticográficas que caracterizam os instrumentos produzidos no Brasil a partir do século 19.
	d. Metalinguagem gramatical	Averiguar as relações existentes entre as redes de metatermos e definições formuladas ao longo da gramaticografia de língua portuguesa e a rede adotada por Julio Pires Ferreira.
	e. Língua gramatizada	Analisar como as especificidades do português do Brasil foram consideradas na descrição gramatical de Julio Pires Ferreira.

Quadro 2. Sistematização das categorias de análise de Mesquita (2023). Fonte: Mesquita (2023, p. 74).

Diante da distribuição das cinco categorias de análise nos dois eixos definidos, foi possível realizar os movimentos interpretativos necessários para o alcance dos objetivos traçados em Mesquita (2023). Apesar de serem apresentados separadamente, é importante pontuar a correlação existente entre os dois eixos. Afinal, assim como o cenário escolar e as estratégias de apresentação dos conteúdos impactam a forma como descrições gramaticais são realizadas, o perfil teórico-metodológico, a língua gramatizada e a rede de metatermos e definições também ajudam a compreender a proposta pedagógica de gramáticos para o ensino de português.

Considerações finais

Procuramos apresentar, neste artigo, algumas das principais diretrizes que orientam pesquisas ancoradas na historiografia da gramaticografia, uma das linhas de pesquisa da Historiografia da Linguística. As reflexões aqui realizadas, evidentemente, não esgotam as discussões sobre a atividade historiográfica. Ao pesquisador interessado em aprofundar os estudos de questões meta-historiográficas, sugerimos a leitura das referências apresentadas no artigo.

Vale finalizar este texto apontando algumas razões para o desenvolvimento de investigações historiográficas sobre gramaticografia. Em primeiro lugar, é preciso ter em vista que os conhecimentos gramaticais possuem até hoje espaço privilegiado não só nos materiais didáticos e nas aulas de língua portuguesa da educação básica, mas também no contexto dos estudos linguísticos brasileiros e dos cursos de graduação em Letras. Nesses ambientes, a despeito das críticas ao arcabouço categorial e conceitual da gramática tradicional e à pedagogia da análise gramatical com fim em si mesma, o quadro metalinguístico oriundo da tradição continua sendo adotado para a descrição dos fenômenos linguísticos. Dessa forma, estudos no campo da historiografia da gramaticografia se tornam relevantes, pois contribuem para um melhor entendimento de como os conhecimentos gramaticais que hoje circulam nas escolas e universidades foram (re)configurados ao longo do tempo.

Além disso, é preciso ressaltar que, por mais que se voltem para os conhecimentos produzidos no passado, as pesquisas historiográficas podem contribuir para a superação de problemas enfrentados no presente. No caso da historiografia da gramaticografia, esses problemas se traduzem nas já conhecidas críticas ao ensino de gramática, que englobam tanto questões normativas quanto questões metalinguísticas. Partindo do pressuposto de que os conhecimentos gramaticais são produtos históricos decorrentes de processos de elaboração, seleção, recepção e apagamento de ideias, traçar narrativas que

reconstruam as relações de (des)continuidades entre as diferentes formas de abordagem de questões gramaticais pode ajudar pesquisadores e docentes de língua portuguesa a terem uma compreensão crítica e historicamente situada da constituição desses conhecimentos como objeto de investigação e ensino.

Referências

ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004 [1998].

ALTMAN, C. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. **Revista Argentina de Historiografia Linguística**, v. 1, n. 2, p. 115-136, 2009.

ALTMAN, C. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2012. p. 14-37.

ARNAULD; LANCELOT. **Gramática de Port-Royal ou Gramática geral e razoada**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1660].

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. E. P. Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014 [1992].

BALDINI, L. J. S. **A Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada**. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BARBOSA, J. S. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

BARROS, J. D. A história Serial e história Quantitativa no movimento dos Annales. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan.-jun. 2012.

BATISTA, R. de O. Ensino de língua, livros didáticos e história: relações vistas pela historiografia da linguística. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 155-174, jan.-abr. 2019a.

BATISTA, R. de O. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: BATISTA, R. de O. (Org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019b. p. 81-113.

BATISTA, R. de O. **Fundamentos da pesquisa em Historiografia da Linguística**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.

BATISTA, R. de O.; BASTOS, N. B. Historiografia da linguística e o ensino de língua como objeto de análise: considerações metodológicas. In: BATISTA, R. de O.; BASTOS, N. B. (Orgs.). **Questões em historiografia da linguística**. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. p. 53-76.

BECKER, C. L. **The Heavenly City of the Eighteenth-Century Philosophers**. New Haven; London: Yale Univ. Press, 1932.

BORGES NETO, J. Historiografia da linguística e filosofia da linguística. In: BATISTA, R. de O.; BASTOS, N. B. (Orgs.). **Questões em historiografia da linguística**: homenagem a Cristina Altman. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. p. 162-182.

BORGES NETO, J. “Letra é figura de voz”: anotações sobre as relações entre a ortografia e a fonologia. In: LEITE, M. Q.; HACKEROTT, M. M. S.; SIQUEIRA, C. C. de. (Orgs.). **Tópicos em historiografia da linguística**: das práticas linguísticas à meta-historiografia. São Paulo: Edusp, 2023. p. 8-27.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BUFFIER, C. **Grammaire Française sur un plan nouveau**. Paris: Nicolas Le Clerc, Michel Brunet, Leconte et Montalant, 1709.

CAVALIERE, R. As fontes orais e sua relevância nos estudos linguístico-historiográficos. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**. São Paulo: v. 29, n. 2, p. 363-377, 2013.

CAVALIERE, R. O tema da influência em Historiografia da Linguística. In: BATISTA, R. de O.; BASTOS, N. B. (Orgs.). **Questões em historiografia da linguística: homenagem a Cristina Altman**. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. p. 133-148.

COELHO, O. Historiografia Linguística Decolonial. In: LEITE, M. Q.; HACKEROTT, M. M. S.; SIQUEIRA, C. C. de. (Orgs.). **Tópicos em historiografia da linguística: das práticas linguísticas à meta-historiografia**. São Paulo: Edusp, 2023. p. 162-175.

FARACO, C. A. **Linguagem escrita e alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2012.

FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. A linhagem empirista na gramaticografia do século 18. **Revista da Abralín**, v. 20, p. 464-492, 2021.

FERREIRA, E. G. de M. **Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

FONSECA, P. J. da. **Rudimentos da Grammatica Portugueza, cômmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

GÓMEZ ASENCIO, J. J.; MONTORO DEL ARCO, E. T.; SWIGGERS, P. Principios, tareas, métodos e instrumentos en historiografia lingüística. In: VAQUERA, M. L. C. et al. (Eds.). **Métodos y resultados actuales en historiografia de la lingüística**. Nodus Publikationen, 2014. p. 266-301.

GINZBURG, C. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1976].

KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 45-70, 1996a.

KOERNER, E. F. K. O problema da metalinguagem em historiografia da linguística. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 95-124, 1996b.

KOERNER, E. F. K. Historiografia Linguística. In: KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014. p. 17-28.

KOERNER, E. K. F. The historiography of linguistics past, present, future. In: KOERNER, E. K. F. **Last Papers in Linguistic Historiography**. John Benjamins Publishing Company, 2020. p. 3-35.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. B. V. Boeira; N. Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2018 [1962].

LOBATO, A. J. dos R. **Arte da grammatica da lingua portugueza [...]**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

MESQUITA, F. A. **Uma historiografia das ideias gramaticográficas em instrumentos de ensino de Julio Pires Ferreira (1868-1930)**. 2023. 195 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

MURRAY, S. O. Theory Groups in Science. In: MURRAY, S. O. **Theory Groups and the Study of Language in North America: a Social History**. Amsterdã: John Benjamins, 1994. p. 1-26.

OLIVEIRA, M. S.; ANJOS, M. A. L. dos. As quase três décadas de produção em Historiografia Linguística brasileira: um panorama acerca da produção nacional. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 522–547, 2021.

PIRES FERREIRA, J. **Grammatica Portugueza**: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior. 4ª ed. Recife, 1910.

PIRES FERREIRA, J. **Grammatica Portugueza**: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior. 5ª ed. Recife: Ramiro M. Costa & Filhos, 1917.

PIRES FERREIRA, J. **Grammatica Portugueza**: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior. 6ª ed. Recife: Ramiro M. Costa & Filhos, 1921.

PIRES FERREIRA, J. **Grammatica Portugueza**: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior. 7ª ed. Recife: Ramiro M. Costa & Filhos, 1929.

PIRES FERREIRA, J. **Notas sobre a Lingua Portugueza**. Recife: Typ. de F. P. Boulitreau, 1893.

PIRES FERREIRA, J. **Notas sobre a Lingua Portugueza**. 2ª ed. Recife: Typ. F. P. Boulitreau, 1894.

POLACHINI, B. S. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa**. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

REAL ACADEMIA ESPANÕLA. **Gramática de la lengua castellana compuesta por la Real Academia Espanõla**. Madrid, 1771.

RIBEIRO, N. T. do N. **Gramática tradicional e tradição sociodiscursiva em gramáticas escolares de língua portuguesa da década de 2000**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

ROCHA, M. B. C. O pensamento gramatical de Manuel Pacheco da Silva Júnior. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SILVA, A. R. C. Variação, mudança linguística e português do Brasil na Grammatica Portugueza: Curso Superior (1920 [1887]), de João Ribeiro (1860-1934). 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SILVA, M. Princípios metodológicos e fundamentação teórica da gramaticografia - por uma história cultural da gramática portuguesa. **Revista da ABRALIN**, v. 5, n. 1 e 2, p. 61-81, dez. 2006.

SWIGGERS, P. Reflections on (Models for) Linguistic Historio-graphy. In: HÜLLEN, W. **Understanding the Historiography of Linguistics: Problems and Projects**. Münster: Nodus, 1990, p. 21-34.

SWIGGERS, P. Terminología gramatical y lingüística: elementos de análisis historiográfico y metodológico. **Res Diachronicae**, v. 7, 2009a, p. 11-35.

SWIGGERS, P. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**. Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 67-76, 2009b.

SWIGGERS, P. História e Historiografia da Linguística: status, modelos e classificações. **Eutomia: Revista de Literatura e Linguística**, Recife, ano III, v. 2, dez. 2010. p. 1-17.

SWIGGERS, P. Historiografía de la gramaticografía didáctica: apuntes metodológicos com referencia a la (historia de la) gramática española y francesa. In: VILA RUBIO, Neus (Org.). **Lengua, literarura y educación en la España del siglo XX**. Bern/Berlim: Peter Lang, 2012. p. 15-37.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, n. 44-45, 2013. p. 39-59.

SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. In: BATISTA, R. de O. (Org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80.

SWIGGERS, P. Gramaticografía e historiografía: una visión retro- y prospectiva. **Anales de Lingüística – Segunda época**, Mendoza, Argentina, n. 4, p. 139-154, abr.-set. 2020.

VIDAL NETO, J. B. C. **A formação do pensamento linguístico brasileiro: entre a gramática e novas possibilidades de tratamento da língua (1900-1940)**. 2021. Tese (Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

VIEIRA, F. E. Tradição gramatical: história, epistemologia e ensino. In: VIEIRA, F. E.; BAGNO, M. (orgs.). **História das línguas, histórias da Linguística: homenagem a Carlos Alberto Faraco**. São Paulo: Parábola Editorial, 2020b. p. 85-124.